

Está aqui o documento, Sr. Presidente, olha: “Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão”, que é endereçado a várias secretarias. O projeto nem foi aprovado, e o secretário já começa a pedir para que já haja a desmobilização, ou seja, o desmonte. Está aqui. “Desmobilização” é um nome bonito para disfarçar o desmonte, a extinção de serviços públicos importantes.

Um outro documento, Sr. Presidente, é da Coordenadoria de Controle de Doenças, publicado no “Diário Oficial”. Eles não têm vergonha de divulgar um documento como esse. Essa Coordenadoria de Controle de Doenças publicou a Portaria GC/CCD nº 16, é o número da portaria, do dia 25 de agosto.

“Institui o Comitê de Transição da Superintendência de Controle de Endemias, Sucen, para a Coordenadoria e Controle de Doenças, e dá outras providências”. A mesma coisa. “A publicação do Projeto de lei nº 529, o qual estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio de contas públicas”.

Também preparando a desmobilização, Sr. Presidente, da Sucen, que é um órgão importante da área da Saúde Pública, do SUS, de combate às endemias no estado de São Paulo.

É inacreditável que, no meio da maior pandemia do século, de uma pandemia que já ceifou a vida de quase 140 mil pessoas no Brasil e mais de 33 mil pessoas no estado de São Paulo, o governador apresente um projeto de lei extinguindo uma Superintendência de Combate às Endemias. É inacreditável que isso esteja acontecendo, mas está aqui, olha, e o projeto nem foi aprovado.

São dois documentos oficiais já preparando o desmonte, a extinção de serviços públicos para a população que mais precisa do Estado, principalmente agora, neste momento de pandemia. O mundo inteiro está dizendo “mais Estado”, o governador Doria está dizendo “menos Estado, mais mercado, mais mão invisível do mercado”, para os empresários, para o lucro dos empresários, porque ele vai entregar todas essas entidades para o mercado.

Nós sabemos como funciona, qual é a lógica do PSDB em São Paulo, a velha lógica de dilapidar o patrimônio público, de sucatear para depois terceirizar, privatizar e entregar para o capital privado. É isso que vem acontecendo.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer esse registro gravíssimo de que o governo nem está esperando a aprovação do 529 e já está ligando o rolo compressor para o desmonte dos serviços públicos do estado de São Paulo.

Quero ainda, Sr. Presidente, no pouco tempo ainda que me resta, dizer o seguinte. Nós temos aqui uma notícia gravíssima em relação a essa tentativa genocida de governos de tentarem reabrir as escolas, a volta às aulas, porque os professores estão trabalhando, e trabalhando muito, na educação a distância, no trabalho remoto. Estão trabalhando, eu digo, em dobro do que trabalhavam anteriormente.

A questão, Sr. Presidente, é que nós não temos condições de voltar. Nós estamos vivendo o platô da morte, quase 140 mil pessoas mortas no Brasil. Só no estado de São Paulo, mais de 33 mil pessoas mortas; na cidade de São Paulo, mais de 13 mil pessoas mortas, e eles querem reabrir as escolas. Isso é mortal, é um genocídio.

Então, nós já começamos aqui os efeitos perversos dessa reabertura, Sr. Presidente. Olha aqui, notícia de hoje em vários jornais. “Em Manaus, 5% dos servidores de escolas estaduais foram contaminados”.

Em um mês. Eles reabriram, Manaus foi a primeira cidade a reabrir as suas escolas. Então, em praticamente um mês, já 5% dos profissionais da Educação foram contaminados pelo coronavírus, em menos de um mês, Sr. Presidente.

Agora, eu fico imaginando que essa contaminação também se deu entre os alunos que não manifestam os efeitos do coronavírus, mas transmitem para os seus familiares, para os seus pais, seus vizinhos, muitos do grupo de risco.

Então, isso mostra claramente que reabrir as escolas agora, como determina essa criminoso Resolução nº 61, é um verdadeiro absurdo.

Eu apresentei já uma um PDL, um Projeto de Decreto Legislativo, para revogar, para anular essa resolução, Sr. Presidente. A volta às aulas só pode acontecer no ano que vem, com testagem em massa, com vacinação, com condições sanitárias seguras, com uma reforma de todas as escolas estaduais e públicas, para que haja arejamento, ventilação e condições adequadas, e isso não aconteceu.

O estado não está investindo nessas reformas. Eu não vejo a FDE fazendo reformas, montando um plano com arquitetos, com engenheiros para reformular a estrutura arquitetônica e física de todas as escolas públicas do estado de São Paulo para, daí sim, no ano que vem... Este ano não haverá volta, Sr. Presidente, só para concluir, porque haverá greve geral da Educação aqui em São Paulo.

Eu tenho certeza absoluta de que os profissionais da Educação não voltarão. Todas as entidades representativas são contra, os profissionais da Educação, a comunidade escolar é contra, os pais são contra, os profissionais da Educação, como um todo.

Não é possível a volta às aulas no ano de 2020, por isso haverá greve geral e haverá desobediência civil em defesa da vida, que é o maior bem que todos nós temos.

Então, em defesa da vida, nós não voltaremos, Sr. Presidente, os profissionais da Educação não reabrirão as escolas, porque a vida vale mais do que o ano letivo, do que a resolução, do que o poder econômico das escolas particulares, da Fiesp e da Associação Comercial. Nós não vamos ceder, não vamos nos curvar aos interesses econômicos desses grupos que eu citei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Castello Branco.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Nobre deputado Carlos Giannazi, eu peço a V. Exa. que assuma a Presidência por um tempo. E, antes de passar a palavra para os próximos oradores, eu gostaria de pedir uma comunicação.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o nobre deputado Castello Branco, que fará uma comunicação.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Nestes dois minutos, eu gostaria de complementar minha fala e deixar claro o seguinte. Meu querido pai sempre perguntava: “O cachorro que te morde tem dono?”.

Quem é o dono do 529, quem é que está por trás disso? E aí nossa equipe jurídica e operacional tem feito pesquisas. Pasmem o senhor, Prof. Carlos Giannazi, quando nós descobrimos que por trás de cada uma dessas instituições que estão sendo desmontadas existe um enorme patrimônio imobiliário. Estão de olho nos prédios, no patrimônio físico, que é bilionário.

E aí caiu a ficha, “ah, entendi então”. Então, a instituição que vai ser extinguida tem dois vieses: ou eles dizem que ela não é mais necessária - nós sabemos que a grande maioria ainda o é, tecnicamente falando -, ou eles dizem que ela dá prejuízo, ela é necessária, mas ela não dá o devido lucro.

Como bem colocado, alguém vai substituir. Muito bem, mas o grande “X” da questão, na minha humilde opinião, é o patrimônio que está por trás. É e bilionário, repito, com interesses escusos e inconfessáveis.

Eu também finalizo estes dois minutos colocando que, se Deus quiser, uma grande bancada de deputados, muitas vezes com pareceres ideológicos diferentes, vai se unir pelo bem da população de São Paulo; vai fazer jus a esta Casa o pleito pelo qual fomos eleitos, que é defender o estado de si mesmo, porque isso é um atentado contra a nossa soberania e contra a paz social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Teonílio Barba Lula. (Pausa.) Com a palavra o deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Com a palavra a deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Com a palavra a deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Boa tarde, presidente, boa tarde à Polícia Militar, boa tarde a todos. Presidente, o 529, além de haver essa referência ao patrimônio do estado, também, em outras matérias, traz a parte tributária, que é muito confusa, que é uma cilada; também mexe com a Segurança Pública, Educação, Saúde.

É uma matéria em que estão misturado quase todos os serviços públicos de forma a trazer muitas pegadinhas para a Assembleia Legislativa. O governo fez um trabalho tão confuso que já tem 611 emendas nesse projeto. É um absurdo. Então o grupo que eu lidero, que é o PDO, Parlamentares em Defesa do Orçamento, os 11 deputados já são contra esse projeto.

- Assume a Presidência o Sr. Castello Branco.

Já fizemos a primeira conversa com o líder do PT. Então já tem uma somatória aí de 38 votos contra esse projeto. Mas eu quero falar da questão da Segurança Pública, porque eu cobrei o general Campos, secretário da Segurança, no dia em que ele esteve aqui, sobre os policiais que se envolvem em ocorrência com resultado morte, que estão sendo transferidos para longe das suas residências.

Eu sempre fui operacional, e eu sei que tem isso na Secretaria de Segurança Pública para realmente punir o policial. Não tem outra palavra, isso é punição. O que a Secretaria está fazendo é punição.

Se ele não me deu uma resposta, se eu perguntei para ele lá na reunião e ele olhou para a minha cara e falou assim: “Eu não sei, eu não estou sabendo”. Aí eu olho para o nosso secretário adjunto, que é o Coronel Camilo, ele olha para mim e fala: “Também não sei”.

Ué, então a Polícia Militar está enganando o secretário ou o secretário está enganando a população. Alguém tem que responder isso aí. O que não pode é o policial entrar numa troca de tiro, sobreviver, e a Polícia Militar puni-lo.

Eu já estou cansado de ver isso. São 27 anos na Polícia, 27 anos vendo essas barbaridades. Ao invés de chamar o policial, tratar a parte psicológica do policial, dar um suporte jurídico ao policial, não: transfere ele e coloca num lugar estranho, longe da casa dele.

Eu quero uma resposta do secretário. Eu acho que o secretário está brincando com a Casa Legislativa. Aqui não é um sargento que está falando, aqui é um deputado estadual, e ele tem que cumprir os nossos pedidos. Ele não quer ser secretário, não quer cumprir com seu papel? Então não faça, vai colocar o pijama e vai para casa. Enquanto secretário, ele tem que responder essas questões.

É inadmissível um policial nosso entrar em confronto e ter o risco de ser transferido da Capital para o interior, como está acontecendo. E eu sei, porque eu estou presenciando, e estou tratando diretamente com o Comando Geral sobre esses casos. Isso é um absurdo.

Então eu mandei um requerimento de informação para a Secretaria, eu quero resposta sobre isso daí. Eu quero saber o que está acontecendo. É ordem do secretário? É ordem do comandante geral? Quem é o dono dessa criação?

Porque, na hora de apresentar os resultados, vir à reunião da Comissão de Segurança Pública e mostrar lá os números bonitos do estado de São Paulo, que o estado de São Paulo é o estado mais seguro, o secretário vem.

Na hora de apoiar o policial, não apoia, mas, para ter aqueles números, para ele se gabar e bater no peito que fez um bom trabalho, alguém tem que trabalhar na ponta, alguém tem que morrer, alguém tem que matar.

O que não pode é o secretário pegar o policial na pior hora da sua carreira, que é o confronto e quando ele mata um marginal, e transferir o policial, presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

O policial, numa ocorrência... No meu tempo, era resistência seguida de morte; aí entraram com essa baleia de ocorrência resultando morte, que isso daí é uma outra patifaria, que veio muito do lado do Barba, que brigou muito para ter isso daí, que foi a esquerda.

Mas é, o que nós precisamos é ter o recurso humano, Barba, e isso eu sei que você protege, é o policial bom, o policial que trabalha corretamente. Ele trocou tiro com o ladrão, ele tem que ser preservado, psicologicamente, juridicamente.

Agora, o nosso comando, a Secretaria, está transferindo o policial para longe de casa. Isso é um absurdo de um tamanho que não dá para entender. Então eu quero uma informação do secretário de Segurança Pública a respeito disso. Eu vou estar em cima, eu vou estar cobrando. Aqueles policiais que foram transferidos: nós queremos saber por que foram transferidos.

Não adianta o comando olhar e falar assim: “Olha, é que ele é bom policial, eu preciso dele naquele batalhão”. Conversa fiada de comandante. Vamos ser corretos. Para de patifaria com os homens de rua, para de palhaçada. Temos que colocar...

Depois, quando eu falo, e eu sou duro nessas questões, vêm me criticar. Mas é uma palhaçada o que faz: coloca o homem para trabalhar no confronto contra o crime organizado, tem uma troca de tiro, mata o ladrão; aí tira ele do seu lar. Até quando vai acontecer isso?

Então eu quero que, por gentileza, presidente, o senhor envie as minhas falas ao secretário e ao governador, porque o maior comandante das polícias é o governador. Se isso é uma interferência governamental, é outra vergonha, porque o governador, no início do seu mandato, falou que iria apoiar a Polícia, e assim não fez, mais uma vez.

Então peço aqui ao comandante geral da Polícia Militar: faça seu papel de comandante, olhe pelos seus homens. Peço ao secretário de Segurança Pública: seja, pelo menos nesse ponto, o secretário que a população espera, que é a favor da Polícia e contra a criminalidade, porque um secretário que transfere um policial numa ocorrência de resistência é contra a Polícia e a favor da criminalidade, não tem outra forma de dizer.

Então, à Polícia Militar, aos policiais militares, nós estaremos atentos a isso aí. E eu vou interferir. E não adianta comandante colocar o policial na sala e falar que não quer interferência política, não.

Eu sou vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e vou interferir. Eu vou mandar documento, eu vou para cima, porque não tem que transferir. Tem que cuidar do policial, porque é o pior momento da sua carreira.

Ali nós estamos falando que o policial pode ir para a cadeia, ele pode perder a sua profissão, ou, numa troca de tiros, ele pode perder a sua vida. Então nós precisamos, sim, de cuidar dos nossos policiais.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Neri. O próximo inscrito é o deputado Maurici. Por permuta, passo o tempo ao deputado Barba, líder do PT. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores desta Casa, quem nos acompanha pela Rede TV Alesp, antes de eu entrar no tema que eu quero tratar aqui, primeiro eu gostaria de fazer uma denúncia sobre a empresa que assumiu no estado de São Paulo e em boa parte do Brasil, a Aneel, que assumiu aqui a distribuição das nossas redes de luz elétrica.

Nós estamos com um problema lá na rua onde eu tenho um escritório. Por três dias consecutivos, nós já enviamos vários protocolos para a Aneel solicitando uma intervenção na rede, porque a energia que é para chegar na casa, de 220 volts e 110 volts, não chega. Ora passa de 230, ora cai para abaixo de cinquenta. Então nós estamos lá sem condições de trabalho.

Então ontem nós ligamos para a Aneel às 8:33 da manhã, depois às 12:45, às 16:34; hoje nós ligamos às 7:15 da manhã e às 12:33, e até agora a Aneel não resolveu o problema.

A Aneel é uma empresa italiana, é uma estatal italiana que está pegando serviço pelo mundo afora na distribuição de energia elétrica. Então deixo essa denúncia aqui registrada, e dizer que nós vamos fazer uma ação mais dura contra a Aneel nessa coisa.

Mas, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na verdade, o que me traz a esta tribuna é que nesta Casa, logo, logo, nós debateremos, por insistência do presidente desta Casa, o projeto mandado pelo governo João Doria que faz uma mistura de reforma administrativa com reforma tributária e com ajuste fiscal, que é o Projeto 529.

Aliás, o próprio governo está tendo dificuldade em construir um quorum de sete deputados na Comissão de Constituição e Justiça, onde ele deveria ter ficado só três dias e já está há mais de quinze. Agora o deputado Carlão Pignatari apresentou um novo relatório, um novo parecer, um novo substitutivo, mas que traz a mesma quantidade de problemas que tinha o Projeto 529, que veio com a sua, hoje, originalidade do Palácio dos Bandeirantes.

E a base aliada do governo tem uns deputados aqui nesta Casa, deputada Monica, que são mais governistas do que deputados da Coreia do Norte. Tem uns lá que são mais governistas do que deputados da Coreia do Norte, mas tem uma parte da base do governo que está com vergonha de discutir esse projeto. Vocês não estão conseguindo manter o quorum na Comissão de Constituição e Justiça, de sete deputados.

Você vai ter que usar novamente, presidente, da excrescência do relator especial, porque eu acho que vocês não vão conseguir, porque os deputados de vocês estão preocupados.

O projeto traz uma série de problemas graves, gravíssimos. A primeira coisa é que ele dá toda a autonomia para o governo. Os órgãos colegiados não podem deliberar, dá toda a autonomia para o governo fazer a extinção entre empresas e autarquias.

Dez empresas serão extintas. Três empresas, institutos, fundação. Além disso, ele faz um ajuste fiscal em cima de fundos especiais e despesas. Seis fundos ligados à área da Saúde e um ligado à área da Polícia Militar, que vocês votaram aqui, que nós ajudamos vocês a aprovar. Ele faz aquela... Pega o dinheiro e agora está mudando o seguinte, ele diz: “Não peço mais o dinheiro, mas o que vocês economizarem eu mando a menos no próximo ano”.

É desse jeito que eles estão trabalhando, Sargento Neri. E eu quero ver se vocês do PDO, Parlamentares em Defesa do Orçamento, vão estar firmes conosco, porque nós vamos ficar firmes.

Nós queremos. Vocês estão conosco. São 11 deputados lá, quantos vão nos ajudar lá? Os onze? Eu tenho uma informação de que um não vem não, porque tem cargo no governo e disse que não pode. Então é bom, mas esse é lá de São Bernardo e nós vamos conversar com ele lá em São Bernardo. Nós vamos insistir.

Então, o presidente desta Casa insiste, neste momento, e eu fiz uma solicitação para ele, pessoalmente, não foi em público aqui, estou fazendo agora publicamente, para que a gente não faça o debate deste projeto agora. Espere passar o período eleitoral, espere acabar a pandemia, apresente ponto a ponto.

Vocês estão pedindo a extinção de 12 fundos. E são fundos de despesa, fundos especiais de despesa. Fundo especial de despesa não é para o dinheiro ficar guardado, é para ajudar a custear aquele hospital de Sorocaba, a associação psiquiátrica, é para isso que serve o fundo de despesa, é para isso que foi criado.

Como esta Casa. A Assembleia Legislativa tem um fundo especial de despesa, e nós doamos 70% dele para ajudar no combate à pandemia. Então, para isso é que servem os fundos de despesa, não é para o governo simplesmente extinguir e recolher todo o dinheiro que tem lá.

Eu comecei a analisar agora há pouco o projeto substituto, deputada Monica, o substitutivo do deputado Carlão Pignatari. Ele vai tirando exatamente... As universidades têm um colegiado que delibera o que vai fazer. Esse projeto do Carlão Pignatari, do governo do João Doria, desmonta todos esses colegiados. Vai retirando poder, autonomia.

Aliás, as universidades de São Paulo têm autonomia administrativa e independência financeira por decreto, não é por uma lei. Isso é um problema. A qualquer momento o João Doria pode até querer revogar esse decreto que foi uma conquista na época, mas, na verdade, em algum momento nós temos que pegar esse decreto e transformá-lo em uma lei das universidades estaduais, para garantir a garantia das universidades. Garantir a autonomia da Fapesp, Fundação de Amparo às Pesquisas. Garantir a autonomia da USP, da Unicamp e da Unesp.

Estamos mexendo com uma questão universal, que é a Educação. Então, esse projeto, na minha análise, vamos fazer um grande embate com ele. E será um embate parecido com o dos precatórios, que nós perdemos por 41 votos a quarenta.

Será um embate parecido com o debate da reforma da Previdência. Eu não sei se o presidente vai mandar colocar a polícia para ser novamente tiro, porrada e bomba, porque foi dessa maneira, foi com excesso de violência e autoritarismo da polícia aqui, dentro desta Casa, que eles conseguiram aprovar a reforma da Previdência.

Então analiso, deputado Castello Branco, que nós vamos ter algo em torno de 35 deputados aí, a depender de como o PSL se comportar, se o PSL vai nos ajudar neste debate. Hoje ajudaram, tenho que reconhecer aqui que hoje, lá na Comissão de Justiça, saíram do plenário, derrubaram o quorum. Então, isso é muito importante.

Precisa entender como nós fazemos oposição aqui. Não é só porque a gente é oposição, é porque nós queremos discutir de maneira mais dura, mais organizada, todos os projetos desta Casa.

Vocês têm a base aliada do governo, não tem problema, faz parte do debate o governo construir a sua base aliada. Isso faz parte da identificação ideológica. Agora, não pode ser uma base alienada e nem ser alijada do debate.

No nosso primeiro mandato aqui, deputado Castello Branco, nós passamos quatro anos. A oposição subia todo dia nesta tribuna, falava, falava, esgotava, não tinha mais o que falar, não podia mais se inscrever, aí eles “em votação”.

Era isso. Então, com a base de 30 e poucos deputados nós, com certeza, conseguiremos fazer um bom debate sobre esse projeto, conseguiremos, com certeza, mudar parte desse projeto, mudar parte da maldade desse projeto.

Esse projeto comete a primeira maldade, quem está nos ouvindo, deputados que estão em seus gabinetes, contra os 5.700 trabalhadores que são concursados, mas são celetistas e serão indicados.

Tem lá um tal de PDI, Pedido de Demissão Incentivada. Na verdade, aquilo lá é pedido de demissão indicado. O chefe indica: “Você vai embora, não tem mais jeito, você não fica mais.”. Então, tem vários problemas nesse projeto, que nós estamos aí para poder debater. E vamos, com certeza, debater no dia a dia esse projeto.

Então, quero me dirigir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que estão nos gabinetes neste momento, que estão aqui na Assembleia, mesmo quem é da base aliada. Alguns deputados, como o Alex de Madureira, da base governista, como o Rafa Zimbaldi, que é candidato a prefeito em Campinas, tem vários deputados aí que, fiquem de olho, porque nós estamos

de olho em vocês. Nós vamos denunciar esse projeto no estado inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Barba. Suspendo a sessão por oito minutos, até as 16 horas e 30 minutos, havendo acordo das lideranças presentes em plenário.

- Suspensa às 16 horas e 22 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Frederico d’Avila, com o número regimental de assinatura, nos termos do Art. 35, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa na abertura nacional do plantio da soja, safra 2020/2021, a realizar-se nos dias 23 e 24 de setembro do corrente ano, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 679, de 2016, de autoria do nobre deputado Ricardo Madalena, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a administração pública divulgar em seu site institucional a localização de todos os radares de fiscalização e os respectivos limites de velocidade.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1095, de 2017, de autoria da nobre deputada Maria Lúcia Amary e outros, que dispõe sobre a política de prevenção de IST, HIV e Aids com jovens e adolescentes.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 523, de 2019, de autoria do nobre deputado Rafa Zimbaldi, que dispõe sobre o incentivo de doação para santas casas ou hospitais filantrópicos dos cupons ou notas fiscais referentes ao crédito do programa Nota Fiscal Paulista, em estabelecimentos farmacêuticos e congêneres.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1051, de 2019, de autoria da nobre deputada Monica da Bancada Ativista e outros, que institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1052, de 2019, de autoria da nobre deputada Edna Macedo, que torna obrigatória a realização do teste de Hepatite C em conjunto com exame de hemograma.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Só lembrando os Srs. Deputados que, como ontem não fizemos aqui, não tivemos sessão por conta da decisão judicial que foi cassada hoje pelo presidente do Tribunal de Justiça, de não possibilidade de realização de sessão, nós adiereimos os congressos de comissões para amanhã, juntamente com o congresso de comissões do projeto de lei do governador que isenta ICMS para itens relacionados ao combate ao coronavírus, como álcool gel e máscara, para utilização nas eleições. Doações de empresas que doem para a eleição.

Então, faremos todos juntos, amanhã, às 19 horas e 01 minuto. Só avisando aos senhores líderes e deputados, todos os congressos dos deputados, inclusive esse projeto, amanhã, às 19 horas e 01 minuto.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Havendo acordo entre as lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questiono os líderes presentes em plenário se existe acordo por solicitação do líder do PT, deputado Teonílio Barba, para o levantamento da sessão. (Pausa.)

Havendo acordo, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão. Boa tarde a todos.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

24 DE SETEMBRO DE 2020 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, DELEGADO OLIM, DOUGLAS GARCIA, RICARDO MELLÃO e CAUÊ MACRIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI Comenta a entrevista do ministro da Educação, Milton Ribeiro. Lamenta a fala do ministro. Critica o ministro pelo seu discurso de ódio e intolerância contra os homossexuais. Considera a fala como um indicio de crime de homofobia. Afirma que o PSOL está tomando as devidas providências. Repudia a entrevista do ministro por defender a volta às aulas presenciais. Lembra a morte de aproximadamente 140 mil brasileiros pelo coronavírus. Desaprova a atitude do político ao não assumir a responsabilidade com o tema da volta às aulas e o acesso à internet, que disse ser dos estados e municípios.
3 - DELEGADO OLIM Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA Cumprimenta os municípios de Urupês e Santa Mercedes pelo aniversário. Compara o número de mortos por Covid-19 dos agentes penitenciários com os presos. Lamenta a decisão da Justiça de libertar presos em razão da pandemia de coronavírus. Informa que somente este ano foram liberados, por ordem da Justiça, 5.551 presos. Atribui à Justiça o aumento de crimes no Estado. Agradece o trabalho realizado pelos servidores da Secretaria de Administração Penitenciária. Relata as dificuldades dos policiais que trabalham em presídios. Afirma que a categoria não é reconhecida, que realizam um serviço insalubre e mal remunerado.
5 - DOUGLAS GARCIA